

O acesso às fontes autárquicas no jornalismo regional: estudo de três jornais do distrito de Castelo Branco

Paulo Jorge dos Santos Martins & Carla Marisa Barata Nunes

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

E-mail: pmartins@iscsp.ulisboa.pt / nunescarla6@gmail.com

Resumo

O presente estudo analisa o acesso às fontes autárquicas no jornalismo regional, mais concretamente no distrito de Castelo Branco. Para tal, realizaram-se cinco entrevistas a jornalistas e responsáveis por gabinetes de comunicação autárquicos, para além de se analisarem 167 notícias de três jornais semanários da região. Conclui-se que a relação entre os jornalistas deste distrito e as suas fontes autárquicas é pautada pela interdependência. Este tipo de fontes acaba

por ser muito importante para os jornais regionais, visto que as ações da autarquia incidem diretamente nas dinâmicas sociais. O estudo evidencia ainda que a transmissão de informação autárquica é realizada diariamente, atendendo aos pedidos de informação adicional dos jornalistas. Apesar disso, todos os jornalistas apontaram discrepâncias no funcionamento das várias câmaras municipais.

Palavras-chave: fontes de informação; acesso a fontes autárquicas; jornalismo regional.

Access to the city council sources in regional journalism: study of three newspapers in the Portuguese district of Castelo Branco

Abstract

This study aims to analyse the access to the city council sources in regional journalism, particularly in the Portuguese district of Castelo Branco. With that in mind, we conducted five interviews to journalists and professionals uncharged of the communication department from the city council. Furthermore, we analyse 167 pieces of news from three local journals. Our findings reveal that the relationship between the journalists from this district and their

city council sources are based in interdependency. This kind of sources tends to be very important for regional journals, since the actions of city council affects directly the social environment of the region. With this study we also find out that the city council passes information daily, replying to information requests from journalists. Nevertheless, all the journalists interviewed point out some discrepancies in the function of the various city councils.

Data de submissão: 2018-09-20. Data de aprovação: 2018-10-01.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



Keywords: news sources; access to city council sources; regional journalism.

INTRODUÇÃO

O PRESENTE trabalho pretende analisar como se processa o acesso às fontes autárquicas no jornalismo regional, mais concretamente no distrito de Castelo Branco. Por essa razão, o *corpus* do estudo é constituído pelos jornais semanários *Gazeta do Interior*, *Jornal do Fundão* e *Reconquista*. As três publicações localizam-se e noticiam acontecimentos da região de Castelo Branco.

De modo a explorar o tema, estabeleceu-se a seguinte pergunta de partida: “qual a relação entre os jornalistas do distrito de Castelo Branco e as fontes autárquicas?”. Através dela, pretendemos perceber quais são as fontes mais usadas pelos jornalistas e qual a sua importância para a elaboração de notícias, como é que a atividade autárquica é retratada nos jornais e como recebem a informação autárquica.

Para cumprir os objetivos, optou-se por uma metodologia mista. As técnicas utilizadas foram a entrevista semiestruturada em profundidade, dirigida aos editores de cada um dos jornais e a jornalistas, bem como aos responsáveis pelos gabinetes de comunicação das câmaras municipais de Castelo Branco e do Fundão. Procedemos ainda à análise de conteúdo dos três jornais em estudo, cobrindo um período de análise de três meses, de janeiro a março de 2016.

O título do nosso estudo justifica-se pelo segundo ponto do artigo 7.º do Estatuto da Imprensa Regional, que atribui ao jornalista regional o direito “ao livre acesso às fontes de informação dependentes da administração direta ou indireta do Estado, das entidades autárquicas ou outros entes públicos”. Este tipo de jornalismo tem a particularidade de se desenvolver entre os seus leitores, regra geral em meios relativamente pequenos (Camponez, 2002, p. 122; Ribeiro, 2008, p. 461), o que leva à existência de interesses cruzados: as fontes pretendem mostrar apenas os seus sucessos, enquanto ao jornalista interessa revelar anormalidades na vida e no funcionamento dessas instituições (Santos, 1997, p. 194). A manutenção de um discurso jornalístico isento é posta em causa, visto que os atores sobre os quais se escreve são particularmente próximos dos jornalistas (Camponez, 2002, p. 270). Neste contexto, o tema ganha relevância porque, apesar de existirem estudos sobre ele, nenhum se foca exclusivamente na região de Castelo Branco.

O trabalho encontra-se dividido em seis pontos. Do primeiro fazem parte as opções metodológicas, sendo indicados os métodos e as técnicas de recolha de informação utilizadas. Segue-se o enquadramento teórico, onde se explica a relação estabelecida entre fontes e jornalistas e quais as características que adota no contexto do jornalismo regional. No terceiro ponto, expomos os contributos teóricos nacionais de autores cujos estudos incidem nesta temática. Segue-se um quarto ponto, dividido em dois subpontos. No primeiro, apresentamos os órgãos de comunicação estudados. Posteriormente, expomos os resultados do estudo. No quinto ponto, encontra-se a discussão de resultados e no sexto e último as notas finais.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

Neste estudo, analisamos a problemática do acesso às fontes autárquicas pela Imprensa do distrito de Castelo Branco, utilizando como *corpus* de análise os jornais semanários *Gazeta do Interior*, *Reconquista* e *Jornal do Fundão*. Assim, estabeleceu-se como pergunta de partida a seguinte: “qual a relação entre os jornalistas do distrito de Castelo Branco e as fontes autárquicas?”. O objetivo geral consiste em compreender como é que os jornais em estudo se relacionam com as fontes autárquicas, pelo que traçamos os seguintes objetivos específicos:

1. Entender quais são as fontes mais utilizadas pelos jornalistas;
2. Aferir a importância destas fontes para a elaboração de notícias;
3. Averiguar como é que os jornais tratam a atividade autárquica;
4. Perceber como é que a câmara municipal transmite informação aos jornalistas.

Surgiu ainda a necessidade de criar objetivos operacionais, com vista a satisfazer o terceiro objetivo específico. A saber:

1. Apurar quais são os assuntos autárquicos mais noticiados nos três semanários;
2. Verificar que tipo de destaque lhes é dado nos jornais.

Estes objetivos foram cumpridos através de uma metodologia mista, que envolve a recolha de dados quantitativos e qualitativos. Com a combinação de ambas as abordagens, obtivemos um entendimento mais completo do problema de pesquisa (Creswell, 2014, p. 4). Nesse sentido, conduziram-se entrevistas semiestruturadas em profundidade a António Tavares, chefe de redação do *Gazeta do Interior*; Nuno Francisco, diretor do *Jornal do Fundão*; Júlio Cruz e José Furtado, respetivamente subdiretor e jornalista do *Reconquista*. Aplicámos ainda uma entrevista semiestruturada em profundidade a Teresa Antunes, funcionária da Câmara Municipal de Castelo Branco responsável pelo contacto com os jornalistas. Miguel Gavinhos, da Câmara Municipal do Fundão, respondeu por escrito a um conjunto de perguntas. Na tabela 1, sintetizamos as entrevistas realizadas e os principais objetivos a atingir com cada uma delas.

Tabela 1. Síntese das entrevistas realizadas

Nome do entrevistado	Data e local da entrevista	Objetivos correspondentes
Júlio Cruz Subdiretor do jornal <i>Reconquista</i>	1 de março de 2017, na redação do jornal	1. Entender quais são as fontes mais utilizadas pelos jornalistas; 2. Aferir a importância destas fontes para a elaboração de notícias; 3. Averiguar como é que os jornais em estudo tratam a atividade autárquica;
António Tavares Chefe de redação do jornal <i>Gazeta do Interior</i>	2 de março de 2017, na redação do jornal	1. Entender quais são as fontes mais utilizadas pelos jornalistas; 2. Aferir a importância destas fontes para a elaboração de notícias; 3. Averiguar como é que os jornais em estudo tratam a atividade autárquica;
Nuno Francisco Diretor do <i>Jornal do Fundão</i>	25 de abril de 2017, na redação do jornal	1. Entender quais são as fontes mais utilizadas pelos jornalistas; 2. Aferir a importância destas fontes para a elaboração de notícias; 3. Averiguar como é que os jornais em estudo tratam a atividade autárquica;
Teresa Antunes Funcionária da Câmara Municipal de Castelo Branco	26 de abril de 2017, na redação do jornal	4. Perceber como é que a câmara transmite informação aos jornalistas
Miguel Gavinhos Vice-presidente da Câmara Municipal do Fundão	Guião de entrevista enviado por <i>email</i> a 5 de maio de 2017; respostas recebidas a 23 de maio de 2017	4. Perceber como é que a câmara transmite a informação aos jornalistas

Fonte: elaboração própria

Das fontes autárquicas do distrito de Castelo Branco, ou seja, das câmaras municipais do distrito, seleccionámos as de Castelo Branco e do Fundão, uma vez que as sedes das publicações estudadas se situam nestes concelhos. As restantes fontes autárquicas são as câmaras municipais de Belmonte, Covilhã, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

Por fim, recorreremos à análise de conteúdo dos três semanários. Uma das principais vantagens da utilização desta técnica quantitativa e qualitativa é o facto de poder ser aplicada a material não estruturado e que não foi produzido com o fim de servir a investigação empírica (Vala, 1986, p. 107). Estipulamos que o período em estudo seria de três meses, de janeiro a março de 2016, correspondendo a 78 publicações (26 por cada semanário) e um total de 167 notícias.

O período de análise foi escolhido de modo a não contemplar as eleições para os órgãos das autarquias locais, que se realizaram em outubro de 2017. Optou-se ainda por não incluir o verão, por ser uma época geralmente fraca em acontecimentos noticiáveis. Deste modo, estudámos um

período sem acontecimentos propícios à alteração da regularidade noticiosa sobre as autarquias, e, ao mesmo tempo, o mais atual possível.

Os dados foram examinados através de uma grelha de análise, recorrendo-se ao programa *SPSS Statistics* para o processamento de dados. Na grelha de análise, incluímos categorias como o destaque dado à notícia, a posição que ocupa na página, o género jornalístico e a inclusão, ou não, de fotografia, visto que “o tratamento da paginação na imprensa e a configuração do alinhamento das notícias num jornal determinam o impacto e a visibilidade pública dos acontecimentos” (Cruz, 2008, p. 135). O indicador “local do acontecimento” foi construído tendo em conta os concelhos do distrito de Castelo Branco, área retratada pelas três publicações em estudo. Já o indicador “assuntos” designa os vários temas que a investigadora apurou, após uma pré-análise, serem recorrentes nas peças jornalísticas sobre as autarquias. Por fim, o enfoque das notícias foi inferido através de expressões utilizadas nas notícias.

AS FONTES DE INFORMAÇÃO E AS SUAS ROTINAS

Tanto a fonte de informação como o jornalista sabem que precisam um do outro: a primeira para divulgar os seus projetos e o segundo para saber o que se passa na organização. Porém, o que interessa à fonte divulgar pode não ser partilhado pelo jornalista, e o que este procura investigar pode não ser fornecido pela fonte (Santos, 1997, p. 194). Os jornalistas precisam de forma vital das fontes e dos seus serviços, pelo que têm de pôr em ação processos exigentes, que permitam conciliar a colaboração produtiva da fonte com o distanciamento crítico que o trabalho jornalístico pressupõe (Pinto, 2000, p. 284). Neste ponto, iremos analisar a interdependência que se estabelece entre as partes, bem como as especificidades desta relação no jornalismo regional.

A fonte de informação é a entidade – instituição, organização, grupo ou indivíduo, o seu porta-voz ou representante – que presta declarações ao jornalista e planeia ações (Santos, 2006, p. 75). Também são considerados fonte noticiosa vestígios como falas, documentos e dados preparados por essas entidades (Pinto, 2000, p. 278). Neste contexto, as fontes podem ser de carácter oficial – incluem indivíduos, em funções ou cargos públicos, que se pronunciam em nome de órgãos estatais – ou de carácter não oficial; especialistas – possuem um conhecimento específico numa área do saber e uma relação com os jornalistas assente em base científica – ou anónimas – são atribuídas opiniões e informações a pessoas sem a obrigação de revelar o nome da fonte (Santos, 2006, pp. 81-82; Schmitz, 2011, pp. 25-30).

Os interesses das fontes de informação e dos jornalistas podem ser comuns, mas também distintos, o que pressupõe um esforço permanente de diálogo, luta, relação simbiótica ou negócio (Santos, 1997, p. 194). As fontes procuram a visibilidade e atenção dos *media*, numa tentativa de angariar apoio para ideias, produtos e serviços, bem como marcar a agenda pública e impor certos temas como foco da atenção coletiva. Destaque-se ainda o seu interesse em criar uma imagem pública positiva, prevenindo e reparando prejuízos que possam manchar essa imagem e neutralizando os interesses dos concorrentes (Pinto, 2000, p. 280). Quanto aos jornalistas, privilegiam a informação inédita – tudo o que seja anormal na vida e no comportamento das instituições (Pinto, 2000, p. 280; Santos, 1997, p. 194) – e pretendem dissipar dúvidas, desenvolver matérias, confir-

mar ou desmentir informações obtidas noutras fontes, atribuindo-lhes credibilidade e legitimidade (Pinto, 2000, p. 280).

Dadas as diferenças, e para conseguirem monopolizar a atenção dos jornalistas, várias estruturas, desde o Governo até às associações ambientalistas (Ribeiro, 2008, p. 457), recorrem à comunicação institucional, a assessorias de comunicação, gabinetes de Imprensa, conselheiros de imagem, porta-vozes e adidos (Pinto, 2000, p. 282). Pode afirmar-se que “as técnicas de relações públicas, nomeadamente a assessoria de imprensa, vieram profissionalizar e expandir a promoção das empresas e das instituições através dos *media*” (Ribeiro, 2014, p. 37). Estes profissionais transportam consigo um maior conhecimento das rotinas e das práticas jornalísticas, pelo que conseguem conceber estratégias que vão ao encontro das expectativas dos jornalistas (Costa, 2005, p. 80).

A adoção destas estratégias tem como objetivo a introdução de determinados temas na agenda pública – neste sentido, ganham relevância os conceitos de *agenda-setting* e *agenda-building*. A teoria do *agenda-setting* remete para a ideia de que os *media* determinam quais são as notícias mais importantes, introduzindo-as assim na agenda pública. Por outro lado, o *agenda-building* foca-se nas forças internas e externas que influenciam os *media*, construindo assim a agenda mediática (Colistra, 2012, p. 98).

O conhecimento das rotinas jornalísticas é crucial para o assessor introduzir certos temas na agenda. Por essa razão, cria um relacionamento com o jornalista, para compreender melhor de que forma é que este gosta de receber as informações (Ribeiro, 2014, p. 36). Para construir este relacionamento é essencial que os contactos com as organizações noticiosas sejam contínuos e permanentes, com vista a garantir eficácia. Assim, é possível controlar as ligações e evitar informações contraditórias ou não confirmadas (Santos, 1997, p. 87). Neste sentido, a competência dos assessores de imprensa é medida pelo número de contactos que mantêm na imprensa, assim como pelo maior grau de confiança ou intimidade com os seus profissionais (Ribeiro, 2014, p. 34).

Os pedidos de informação por parte dos jornalistas são encorajados e têm seguimento imediato (Santos, 1997, p. 87). Ao estabelecerem contacto com estes profissionais, as fontes devem ter em consideração as rotinas jornalísticas, nomeadamente os períodos do dia mais favoráveis e os dias de semana mais convenientes para convocar uma conferência de imprensa ou enviar um comunicado, por exemplo (Costa, 2005, p. 75).

Neste sentido, a capacidade de gerar informação noticiável é um dos princípios essenciais da assessoria de imprensa (Ribeiro, 2014, p. 37). Nas suas rotinas produtivas, as fontes estabelecem contacto com as organizações noticiosas através de comunicados, conferências de imprensa, recortes de imprensa, almoços, visitas, e até fugas de informação e comunicação de crise (Santos, 1997, p. 84).

Os eventos são divulgados aos jornalistas através de comunicados (Santos, 1997, p. 90), textos estruturados e objetivos que incluem um título curto e atraente e “ganchos” que estimulam a leitura (Schmitz, 2011, p. 12). Todos os factos importantes devem constar do primeiro parágrafo, visto que o comunicado pode ser apenas uma das múltiplas fontes de notícias (Theaker, 2004, p. 149). Já os recortes de imprensa constituem-se como um meio de informar a empresa sobre o conteúdo das notícias que, direta ou indiretamente, afeta as suas ações (Santos, 1997, p. 89).

Os eventos, incluindo conferências de Imprensa, e os comunicados representam, assim, um ambiente mais controlado do ponto de vista da comunicação estratégica, o que poderá levar a que o ângulo de abordagem escolhido pelo jornalista seja aquele que se procurava atingir, como uma boa imagem da instituição, por exemplo (Corrêa, Barros & Burlacu, 2016, p. 14). Acrescente-se ainda que os materiais de relações públicas que incluem mensagens positivas e estimulantes levam a pensamentos ou avaliações favoráveis da organização (Kim & Kiousis, 2012, p. 669).

Este conhecimento cada vez maior das rotinas jornalísticas pode levar a que a comunicação social tenda a submeter-se à agenda das várias entidades que consigo contactam e a um consequente, mas nem sempre perceptível, controlo dos *media* e do seu conteúdo por parte de entidades exteriores (Costa, 2005, p. 75). Para além desta questão, os jornalistas deparam-se ainda com um problema que advém dos riscos de convivência com as fontes e da movimentação em zonas de acesso seletivo e reservado (Pinto, 2000, p. 285), questão que iremos abordar nos pontos seguintes.

CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES AUTÁRQUICAS E PROCEDIMENTOS DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Depois de clarificarmos as relações entre fontes e jornalistas, interessa-nos especificar como é feita a comunicação nas organizações, mais concretamente a que é realizada por instituições como as câmaras municipais.

Hoje em dia, várias áreas profissionais dedicam-se ao desenvolvimento e à avaliação de ações de comunicação. As organizações utilizam-nas para projetar a sua missão e imagem, através de práticas deliberadas de comunicação. Destas organizações, fazem parte as estatais (Hallahan, Holtzhausen, van Ruler, Verčič e Sriramesh, 2007, pp. 3-4), como as autarquias locais, pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das suas populações. A Constituição da República Portuguesa enuncia três tipos de autarquias locais: as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.

Neste contexto, a comunicação realizada pelas câmaras municipais esforça-se por alinhar as atividades da instituição com as suas imagens interna e externa (Lammers, 2011, p. 171), visto que o público perceciona as organizações de várias perspetivas: não só pelas suas ofertas de produtos e serviços, experiência e competência, como também pelo seu compromisso de serviço e responsabilidade social (Hallahan, Holtzhausen, van Ruler, Verčič e Sriramesh, 2007, p. 10).

A preocupação das câmaras em comunicar uma determinada imagem tem como principal fim a concretização e legitimação de valores, práticas, e objetivos dos próprios municípios enquanto instituições locais (Camilo, 1998, pp. 8-9). Atualmente, as organizações preocupam-se com a falta de coerência, integração ou consistência das suas mensagens, pois estas fazem com que os públicos recebam significados inconsistentes, podendo gerar confusão e desconfiança no que a organização oferece ou representa (Christensen & Cornelissen, 2011, p. 396).

Na tentativa de preservar uma determinada imagem, a comunicação municipal surge como reação à existência de novos meios de comunicação locais. Alguns deles não se deixam influenciar pelo poder local, o que faz com que a câmara tenha de reagir a fenómenos de opinião pública desfavoráveis, não apenas de dimensão local.

Esta situação leva ao recrutamento de especialistas em comunicação, capazes de legitimar a atuação dos representantes municipais ou gerir situações de crise, em que as opiniões públicas são manifestamente negativas (Camilo, 1998, pp. 8-9). Como já foi explicitado, este papel é levado a cabo por assessores, profissionais dotados de uma visão global do fenómeno da comunicação (Camilo, 2006, p. 9) que devem dominar áreas de gestão, marketing, publicidade e relações públicas (Hallahan, Holtzhausen, van Ruler, Verčič, and Sriramesh, 2007, pp. 3-4).

Em certos casos, os municípios funcionam como fontes noticiosas, submetendo-se a critérios de noticiabilidade e ao regime de funcionamento dos órgãos de comunicação social (Camilo, 2009, p. 117). Neste contexto o boletim e o edital municipais, devido à sua periodicidade, não acompanham eficazmente o ritmo das ações da câmara, pelo que é necessário complementá-los com meios mais rápidos e diretos, como a comunicação interpessoal e a edição periódica de rubricas municipais, quer nos jornais quer nas rádios locais, por exemplo (Camilo, 1998, p. 27). Através de práticas de assessoria, o município esforça-se para que os meios de comunicação social reflitam nas suas notícias a versão institucional, estrategicamente conveniente, sobre certas temáticas de cariz político e administrativo (Camilo, 2009, p. 117).

Para que isto aconteça, é necessário que a comunicação seja contínua, acompanhando permanentemente as atividades do município, através de ações de comunicação quotidianas e da análise de resultados (Camilo, 1998, p. 27). A continuidade é importante para a consolidação de laços sociais e para a construção de quadros de experiência e cultura locais (Camilo, 2009, p. 118), pois só assim se consegue legitimar a organização (Lammers, 2011, p. 114). Numa perspetiva positiva, essa legitimação contribui para o fortalecimento das identidades culturais. Numa perspetiva negativa, pode levar um maior isolamento das populações (Camilo, 2009, p. 118). É ainda necessário que a comunicação seja concreta, transmitindo informação precisa e rigorosa, de forma a responder às interrogações dos munícipes. Estas prendem-se, geralmente, com a concretização de um serviço ou a difusão de uma deliberação, temas que interessam frequentemente à imprensa local. Por fim, esta comunicação deve ser interativa, criando um espaço de diálogo entre os cidadãos e os seus representantes políticos (Camilo, 1998, pp. 27-29).

Apesar de boa parte da comunicação municipal ser realizada com o propósito de beneficiar a curto ou médio prazo a equipa autárquica, não deve ignorar-se que a sua esfera de atuação terá necessariamente de ir ao encontro das necessidades e dos desejos das populações locais (Camilo, 2006, p. 7), que usam as mensagens institucionais para dar sentido à sua conduta (Lammers, 2011, p. 174).

AS ESPECIFICIDADES DO JORNALISMO REGIONAL E O ACESSO ÀS FONTES AUTÁRQUICAS

Segundo o artigo 1.º do Estatuto da Imprensa Regional (decreto-lei nº 106/88), “consideram-se de imprensa regional todas as publicações periódicas de informação geral que se destinem predominantemente às respetivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico”.

Nesta medida, o jornalismo regional constitui um compromisso específico com um território, que não pode deixar de representar. Ou seja, seleciona a informação consoante o espaço em que opera, para que os seus leitores se identifiquem com o conteúdo noticiado (Camponez, 2002, pp. 128-273). Esta seleção é necessária pelo facto de a atividade jornalística regional ocorrer num contexto em que os cidadãos se encontram ligados por interesses comuns, assentes numa cultura e tradições próprias (Almeida, 2008, p.17). Exige, por isso, a escolha de personagens e acontecimentos que valorizem um “nós” territorial – daí a importância dada às conquistas locais e à vida associativa (Neveu, 2005, p. 40).

Assim, podemos dizer que o jornalismo regional “escolhe o território como o lugar de realização do seu empenhamento editorial, cultural, discursivo, económico” (Camponez, 2002, p. 273), embora esta área de atuação não constitua um limite às audiências. Aliás, o Estatuto da Imprensa Regional determina que proporcione aos emigrantes portugueses no estrangeiro “informação geral sobre as suas comunidades de origem, fortalecendo os laços entre eles e as respetivas localidades e regiões” (Artigo 2.º alínea e).

O jornal local ou regional estabelece uma relação mais convival e calorosa, regida pelo dever de informar – em primeiro lugar, sobre o que está à sua volta; em segundo lugar, acerca dos acontecimentos no seu país; finalmente, sobre o mundo, interpretando os factos à luz das vivências locais. O jornalismo de imprensa local tem a particularidade de viver entre os seus leitores (Camponez, 2002, p. 122), criando um ambiente que não é propício ao desenvolvimento de um jornalismo de investigação, especialmente por empresas sem grande dimensão (Ribeiro, 2008, p. 461). Por outro lado, a relação de proximidade que se estabelece no jornalismo regional revela-se proveitosa para a obtenção de informação (Ribeiro, 2008, p. 461), pois os órgãos de comunicação locais e regionais têm dificuldades no acesso a fontes de âmbito nacional (ERC, 2010, p. 109).

No entanto, a criação de laços de proximidade também acaba por ser um constrangimento para o desenvolvimento da atividade jornalística (Ribeiro, 2008, p. 461). Isto acontece devido à potencial publicação de notícias incómodas, que possam transmitir uma má imagem dos atores desta realidade local, o que dificulta o acesso a fontes de informação.

Neste sentido, a captação de publicidade é um dos principais constrangimentos para o trabalho dos jornalistas. Apesar de a publicidade comercial ser apontada como a principal fonte de financiamento da Imprensa local e regional (ERC, 2010, pp. 107-109), muitas das instituições públicas da região são anunciantes, pelo que não podem ser hostilizadas do ponto de vista informativo (Ribeiro, 2008, p. 462). Destas instituições, fazem parte os órgãos autárquicos, que ao colocarem os jornalistas numa situação de dependência económica fragilizam a autonomia editorial e a independência destes profissionais perante o poder político (ERC, 2010, p. 109).

Na lista de constrangimentos, regista-se ainda a expectativa das instituições regionais, que normalmente não têm recursos para serem objeto de cobertura noticiosa pelos *media* nacionais, de que os meios de comunicação locais lhes concedam destaque mediático. No contexto regional, há que considerar igualmente a concorrência entre jornais do mesmo âmbito geográfico. Se um dos diários não estiver presente numa conferência de Imprensa, por exemplo, passa a ideia de que se “perdeu espaço” para a concorrência (Ribeiro, 2008, p. 462). Todos estes constrangimentos acabam por influenciar de forma mais ou menos acentuada o trabalho jornalístico.

REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O TEMA EM PORTUGAL

Visto a nossa temática incidir sobre a relação entre fontes e jornalistas no contexto do jornalismo regional, existem poucos trabalhos internacionais que abordem o assunto. No entanto, podemos destacar o que já foi estudado a nível nacional.

Santos (1997) explica que, em muitas ocasiões, os interesses da fonte colidem com os do jornalista, pelo que, para evitar informações indesejadas, a fonte deve assegurar um contacto organizado e permanente com a Imprensa (Santos, 1997, pp. 84-86). Os diferentes interesses entre jornalistas e fontes levam a que as últimas, cada vez mais organizadas e profissionalizadas, adotem ações de comunicação estratégica (Pinto, 2000, pp. 280-285). A comunicação estratégica desenvolvida pelas fontes é objeto de artigos de Costa e Ribeiro, que estudam esta realidade através da análise de dois diários regionais de Braga.

Ribeiro (2008) comprova que os jornalistas dos dois diários acreditam que os eventos que merecem cobertura jornalística têm origem em iniciativas das fontes, sendo essas as que dispõem de mais destaque nas páginas dos jornais. Segundo os diretores desses jornais, tal resulta da falta de tempo e de meios humanos nas redações para cobrir todos os eventos, o que leva os jornalistas a aceitarem as informações enviadas pelas fontes (Ribeiro, 2008, pp. 457-459). Por sua vez, Costa (2005) conclui que o facto de as câmaras municipais começarem a ter em consideração as rotinas jornalísticas quando enviam informações condiciona o trabalho dos jornalistas. De facto, 65% dos jornalistas integrados no seu estudo concordam em parte que tendem a submeter-se à informação enviada por esses gabinetes (Costa, 2005, pp. 75-79).

Morais e Sousa (2013) dizem que são as fontes oficiais que lideram a produção das principais peças noticiosas, como notícias e reportagens, sobretudo no campo da política. Nestas peças, é dado maior relevo mediático aos representantes de instituições, normalmente pertencentes às elites locais e regionais, que assim influenciam o conteúdo dos jornais (Morais & Sousa, 2013, pp. 199-200).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Rasga (2002) concluiu que as fontes de informação institucionais são as que mais contribuem com conteúdos noticiosos, controlando a seleção de notícias através de interesses comerciais. No entanto, este controlo torna-se necessário, porque a Imprensa precisa de material noticioso e verbas que sustentem o seu negócio e a entidade que a financia necessita de ser noticiada (Rasga, 2002, p. 9).

Vilaça (2008), ao avaliar a relação estabelecida entre o assessor e o jornalista, verifica que a maior parte das notas de imprensa referentes a ações camarárias foi publicada na íntegra. Nota ainda que os jornalistas não alteram o conteúdo e as palavras dos comunicados, nem confrontam os seus autores com opiniões de outras fontes, até porque o assessor redige a nota de imprensa de modo a cumprir todos os requisitos de uma notícia (Vilaça, 2008, pp. 48-63).

Neste sentido, Ribeiro (2010) confirma a existência de dependência noticiosa dos jornais regionais face ao poder local, na medida em que a câmara é a principal fonte regular de notícias. A existência de uma estratégia de comunicação por parte do município é apontada como uma das razões para esta regularidade noticiosa (Ribeiro, 2010, p. 68). Por fim, Amaral (2006) verifica uma predominância de fontes oficiais, nomeadamente as instituições burocratizadas, numa tentativa de credibilizar o discurso jornalístico (Amaral, 2006, pp. 104-111).

A IMPRENSA NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO: A HISTÓRIA DAS TRÊS PUBLICAÇÕES

Neste ponto, abordamos de forma breve a história das três publicações – como surgiram e quais foram os momentos mais importantes, desde a sua fundação até aos dias de hoje.

O semanário *Gazeta do Interior* nasceu a 12 de janeiro de 1988, sob a liderança de Afonso Camões, atual diretor do *Jornal de Notícias*. Desde então, já contou com 11 diretores e 1487 publicações. Hoje, regista 2300 assinantes nacionais, de norte a sul do país, mas também no estrangeiro. Sempre focado em temáticas generalistas do distrito de Castelo Branco, o semanário foi galardoado em 1994 com o prémio Gazeta Imprensa Regional, atribuído pelo Clube de Jornalistas. Já em 1995, o jornal criou o Troféu Gazeta, atribuído a indivíduos da região que se destaquem nas áreas de desporto, política, autarquias, cultura, educação, economia e empresas, agricultura, sociedade, juventude e saúde. Os vencedores eram escolhidos pelos leitores, que votavam de acordo com as categorias mencionadas. O prémio foi entregue irregularmente ao longo dos anos, sendo o último em 2015. Atualmente, em parceria com a Associação de Atletismo de Castelo Branco, atribui o Troféu Gazeta Celtejo Atletismo, aos atletas que, ao longo do ano, se destacam nas várias modalidades.

Segundo o *website* do *Jornal do Fundão*, esta publicação “é hoje um marco referencial no panorama da imprensa regional portuguesa”. Sediado no Fundão, o jornal tem como eixo geográfico a região da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, contando com 45000 leitores (*Jornal do Fundão*, 2017). De acordo com informação disponibilizada por Nuno Francisco, atual diretor do jornal, a publicação foi lançada a 27 de janeiro de 1946 por António Paulouro. No tempo da Ditadura, o *Jornal do Fundão* era fortemente vigiado pela polícia política, culminando com a suspensão por um período de seis meses, em 1965. O jornal foi distinguido a 24 de agosto de 1985 com a Ordem do Infante D. Henrique. Seguiram-se outras distinções, nomeadamente o prémio Gazeta Imprensa Regional.

De acordo com informações presentes no *website* do *Reconquista*, o jornal foi fundado em Castelo Branco a 13 de maio de 1945. Dada a data, o fim da segunda Guerra Mundial foi um dos temas no primeiro jornal, na altura constituído por quatro páginas. Já em 1978, a equipa adquiriu o primeiro equipamento de impressão, sendo 11 anos mais tarde inaugurado um pavilhão na Zona Industrial para impressão do jornal. Note-se que ainda hoje o *Reconquista* é impresso nesse local, bem como o *Gazeta do Interior*.

Em 1955, o aniversário dos 50 anos do jornal marcou o início da publicação regular da primeira página a cores, sendo que cinco anos depois, em 2000, é lançada a edição eletrónica do jornal. Apesar disso, os conteúdos multimédia só surgem em 2007 e em 2009, com a abertura de canais no *Sapo Vídeos* e no *Youtube*, respetivamente. Em 2011, é criada a assinatura digital e em 2014 o jornal altera o grafismo, bem como o logótipo. Em 2015, o *Reconquista* foi distinguido com o Prémio Gazeta Imprensa Regional (*Reconquista*, 2016).

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS: AS FONTES AUTÁRQUICAS NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

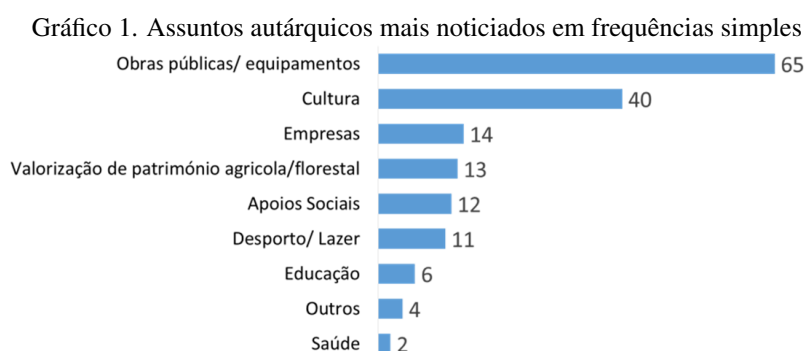
Neste capítulo apresentamos os resultados da nossa investigação, que se centram na identificação das fontes mais utilizadas pelos jornalistas do distrito de Castelo Branco, no tratamento jornalístico das notícias autárquicas dos três jornais em estudo e na comunicação que se estabelece entre a autarquia e os jornalistas. Os resultados são fruto de cinco entrevistas, realizadas a jornalistas do *Gazeta do Interior*, *Jornal do Fundão* e *Reconquista*, bem como aos responsáveis pelos gabinetes de comunicação das câmaras municipais de Castelo Branco e do Fundão. Para estes resultados contribuiu ainda a análise de 167 notícias das publicações em estudo.

Todos os jornalistas entrevistados concordam que as câmaras e as associações são quem envia mais informação. Segundo Nuno Francisco, diretor do *Jornal do Fundão*, “as fontes institucionais são incontornáveis num jornal do Interior”, dada a importância que os municípios, as associações e as misericórdias têm nas dinâmicas sociais. Apesar disso, afirma que a relação que se estabelece com estas fontes é de interdependência e não de dependência.

É nessa linha de pensamento que os jornalistas entrevistados demonstram não se cingirem a estas fontes. Nuno Francisco afirma que a redação tenta fugir à construção de “um jornal em torno de fontes institucionais, diferenciando-se através de reportagens próprias, onde lida com outro tipo de fontes” no terreno. Já António Tavares, jornalista no *Gazeta do Interior*, diz que no jornal recorrem a todas as fontes, pois na sua opinião “qualquer fonte é importante desde que exista a necessidade de arranjar elementos para uma notícia ou uma reportagem”. Também Júlio Cruz, subdiretor do *Reconquista*, é de opinião que todas as fontes são úteis, afirmando que prefere utilizar contactos pessoais. “Utilizo pouco os assessores. Quando quero falar com uma pessoa vou direto à mesma, não perco tempo”, diz. José Furtado, jornalista na mesma publicação, acrescenta que as redes sociais facilitam esse contacto direto, que “é quase imediato”. Júlio Cruz é da mesma opinião, afirmando que através das redes sociais se conseguem “informações úteis e rápidas, às vezes muito mais rápidas do que por telefone”.

Com o objetivo de abordar a forma como os jornalistas absorvem a informação autárquica que lhes é fornecida, centrámo-nos no tipo de assunto autárquico mais noticiado, no destaque concedido às notícias autárquicas e na posição que ocupam nas páginas dos jornais. Para além disso, iremos ainda debruçar-nos sobre o tratamento jornalístico dispensado às notas de imprensa.

Das peças autárquicas analisadas, contabilizámos 130 notícias e 37 “breves” – 115 apresentavam uma foto ou ilustração e 52 não apresentavam qualquer tipo de imagem. No que toca aos assuntos autárquicos mais abordados pelos três jornais em estudo, encontram-se explanados no gráfico 1.



Fonte: elaboração própria

Como podemos verificar, a maior parte das peças jornalísticas sobre matérias autárquicas, mais concretamente 65, dá conta de obras públicas, seguindo-se a área da cultura, com 40 peças. Entre os assuntos menos noticiados, encontramos as áreas da educação e saúde.

A nível do destaque atribuído às peças jornalísticas, verifica-se um maior número de peças autárquicas nas páginas pares e ímpares (56 em cada uma destas secções). Segue-se a chamada de primeira página, com 24 peças. As informações autárquicas são menos noticiadas nas páginas centrais, já que se contabilizaram apenas 6 peças.

Na tabela 2, é possível observar a relação entre o assunto autárquico e o destaque concedido, sendo que qualquer valor acima de dois indica uma forte relação entre variáveis.

Tabela 2. Destaque atribuído ao assunto da notícia, tendo em conta os resíduos ajustáveis das duas variáveis

Assunto	Destaque						
	Primeira página: manchete	Primeira página: foto principal	Primeira página: chamada	Outras páginas ímpares	Páginas centrais	Páginas pares	Contracapa
Obras públicas/ equipamentos	2,4	,5	1,2	-,6	-,1,1	-,9	-,8
Educação	-,7	-,4	-,1,0	-,9	-,5	2,6	-,6
Desporto/ Lazer	,3	-,5	-,1,4	-,1,1	4,4	,9	-,9
Cultura	-,5	-,1,1	,1	1,4	-,4	-,5	-,3
Valorização de património agrícola/florestal	-,1,0	-,6	-,7	-,2	-,7	1,0	1,5
Empresas	-,1,0	-,6	-,8	2,0	-,8	-,4	,2
Apoios Sociais	-,1,0	3,4	,2	-,6	,9	-,1,3	1,6
Saúde	-,4	-,2	1,4	-,1,0	-,3	,5	-,4
Outros	-,5	-,3	,6	-,4	-,4	,7	-,5

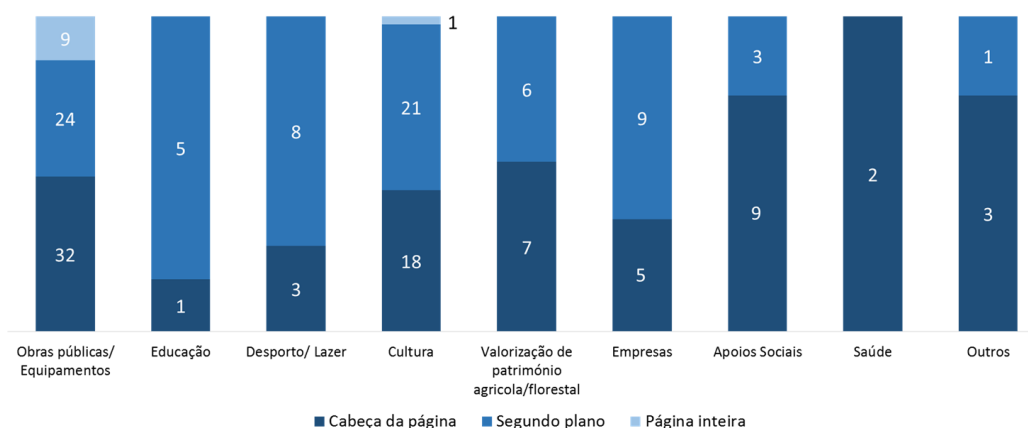
Fonte: elaboração própria

Através da tabela, podemos perceber que os assuntos mais associados à primeira página, nomeadamente à manchete, são os que dizem respeito a obras públicas (2,4). Quanto à foto principal da primeira página, as temáticas que mais se relacionam com este espaço são as relativas a apoios sociais (3,4). Por fim, notamos que os assuntos mais associados a páginas ímpares são os relativos

a empresas (2), a páginas centrais os de desporto e lazer (4,4) e a páginas pares os que dizem respeito à educação (2,6). Não se verificou nenhuma relação significativa entre o assunto e as chamadas de primeira página ou a contracapa

No que diz respeito à posição das peças autárquicas nas páginas dos jornais, encontramos 80 à cabeça da página, 77 em segundo plano e 10 a ocupar toda a página do jornal. Por forma a aprofundar mais este ponto, no gráfico 2 apresenta-se o posicionamento dos assuntos autárquicos nas páginas dos jornais.

Gráfico 2. Posicionamento dos assuntos autárquicos nas páginas dos jornais em frequências simples

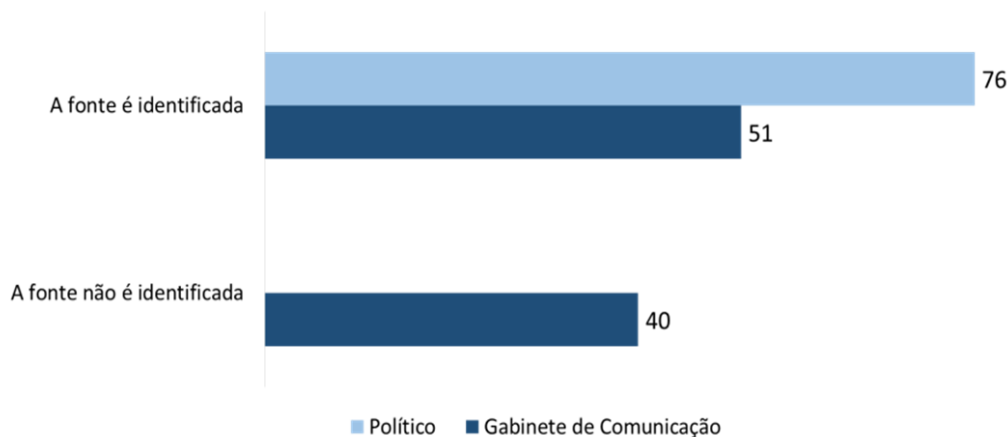


Fonte: elaboração própria

Analisando a posição das notícias por assunto, podemos constatar que os assuntos relativos a obras públicas têm mais peças colocadas à cabeça da página (32) do que em segundo plano (24 peças). Também as temáticas relativas a apoios sociais têm mais peças à cabeça da página (9) do que em segundo plano (3). Os assuntos relativos à saúde e outras temáticas seguem a mesma tendência: as duas únicas peças relacionadas com a saúde foram colocadas à cabeça da página e, por fim, em 4 peças de outras temáticas, 3 foram colocadas à cabeça da página. Por outro lado, as peças sobre cultura, empresas, desporto e lazer e educação seguem a tendência oposta, sendo colocadas em segundo plano. Em 40 peças sobre cultura, 21 foram remetidas para segundo plano, bem como as nove peças relativas a empresas, as 8 respeitantes a desporto e lazer e as cinco sobre educação. Apenas as peças referentes a obras públicas e cultura ocuparam toda a página, com 9 e uma peças, respetivamente.

No que concerne à peça propriamente dita, das 167 analisadas, 127 citavam a fonte, ao passo que 40 não o faziam. Verificámos ainda que 91 peças assentavam em informação proveniente de gabinetes de comunicação, enquanto 76 provinham de políticos. Por forma a aprofundarmos estes dados, o gráfico 3 reflete os dados recolhidos acerca da identificação da fonte.

Gráfico 3. Identificação de fontes, em frequência simples

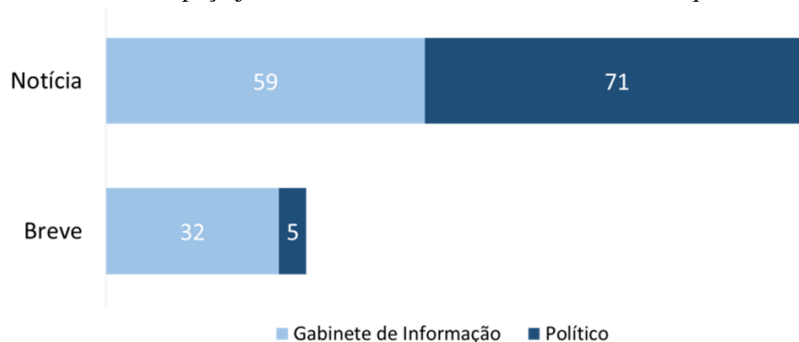


Fonte: elaboração própria

Através do gráfico, podemos verificar que, caso a fonte se encontre identificada, é um político, na maior parte das peças analisadas (76). Por outro lado, quando a fonte não se encontra identificada, todas as notícias provêm dos gabinetes de comunicação (40).

No que toca à informação recolhida de um político ou de um gabinete de informação, procurámos perceber se o género da peça jornalística difere consoante a fonte, explicitada no gráfico 4.

Gráfico 4. Género da peça jornalística tendo em conta a fonte, em frequências simples

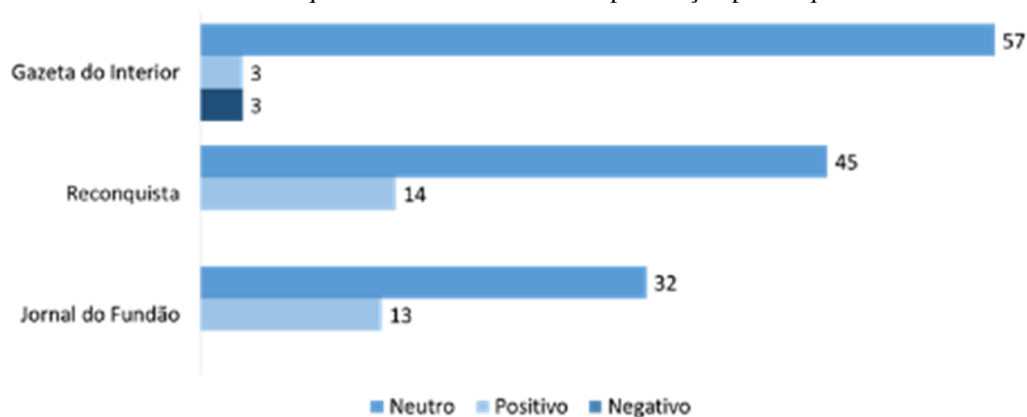


Fonte: elaboração própria

Como podemos verificar, das 37 “breves” contabilizadas, 32 utilizam exclusivamente informações provenientes de gabinetes de comunicação. Já no que diz respeito às notícias, das 130 analisadas, 71 provêm de políticos e não diretamente do gabinete de comunicação das câmaras. Constatou-se que existe correlação entre as “breves” e a informação fornecida pelos gabinetes, bem como entre as notícias e as informações que são prestadas por políticos.

Avaliando agora o enfoque das notícias, atente-se ao gráfico 5.

Gráfico 5. Enfoque das notícias consoante a publicação por frequências

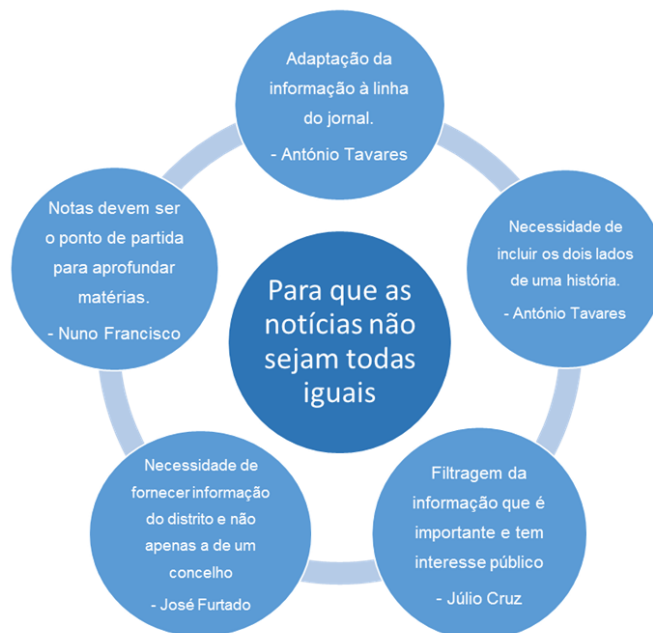


Fonte: elaboração própria

Como podemos observar, todas as publicações apostam no tratamento neutro da informação autárquica, contabilizando-se 57 notícias desta natureza no *Jornal do Fundão*, 45 no *Reconquista* e 32 no *Gazeta do Interior*. No entanto, existem algumas diferenças. Nem o *Gazeta do Interior* nem o *Reconquista* atribuem um enfoque negativo às peças referentes às autarquias, mas contabilizam-se 14 notícias positivas no *Reconquista* e 13 no *Gazeta*. Por outro lado, no *Jornal do Fundão* encontramos 3 notícias positivas e 3 negativas. Este enfoque foi inferido tendo por base marcas textuais.

No que diz respeito às notas de imprensa recebidas nas três publicações, os jornalistas entrevistados são unânimes num aspeto: a informação deve ser sempre tratada, sob risco de os jornais poderem vir a conter todos o mesmo ângulo de abordagem. Na figura 1, expomos as várias opiniões sobre o assunto expressas nas entrevistas.

Figura 1. Razões apontadas pelos jornalistas para a necessidade de tratar a informação autárquica



Fonte: elaboração própria

António Tavares, jornalista do *Gazeta do Interior*, é de opinião que a nota de imprensa deve ser sempre tratada, não só porque cada jornalista tem a sua forma de escrever notícias, como também pelo facto de a informação da nota dever ser adaptada à linha editorial do jornal. Para além disso, destaca a necessidade de incluir na notícia os dois lados da mesma história, pois “a partir do momento que se faça alguma acusação ou denúncia, o jornalista não fica só por ouvir uma das partes, deve ouvir as duas e, eventualmente, até mais”.

Já Nuno Francisco, do *Jornal do Fundão*, defende que a Imprensa tem obrigação de ir mais longe, utilizando as notas de imprensa como ponto de partida para o aprofundamento de determinadas matérias. Afirma que “temos de questionar (...) se podemos tratar de uma forma diferente, porque qualquer dia você arrisca-se a abrir os jornais e têm todos a mesma coisa. E quando temos todos a mesma coisa anulamo-nos uns aos outros”.

Do lado do *Reconquista*, Júlio Cruz declara que existe a necessidade de a informação ser filtrada, selecionando-se o que “tem interesse público para uma situação”. A título de exemplo, José Furtado, jornalista no mesmo órgão, explica que no caso dos estudos nacionais onde se incluem os concelhos da região, as autarquias conservam a prática de enviar comunicados apenas com a informação respeitante ao seu concelho. Por essa razão, o jornalista afirma que é preciso tratar a informação, consultando-se o estudo completo e publicando-se a informação geral de todo o distrito.

Deste modo, podemos dizer que, regra geral, os jornalistas entrevistados recusam copiar na íntegra os comunicados que chegam à redação. Júlio Cruz admite que isso pode acontecer esporadicamente, mas que no *Reconquista* é efetuado um esforço para que não seja regra. Já Nuno Francisco afirma que “há notícias que tem de ser dadas tal como nos enviam”, no caso de a fonte ser fidedigna. No entanto, reforça a ideia de que os jornalistas deve questionar-se sobre a possibilidade de irem mais longe na informação que incluem na notícia, defendendo que não devem ser “meros amplificadores de notas institucionais”. Por fim, António Tavares assegura que a informação é sempre tratada.

Tanto a Câmara Municipal de Castelo Branco como a do Fundão declaram enviar informação aos jornalistas através de notas de imprensa, por *e-mail*. Para além destas, Miguel Gavinhos, da Câmara Municipal do Fundão, destaca “as conferências de Imprensa, as redes sociais, os eventos, as entrevistas e as chamadas telefónicas”. Teresa Antunes, da Câmara de Castelo Branco, acrescenta que na maior parte das vezes é dado a conhecer aos *media* o “conjunto de ações ou iniciativas que vai decorrer, deixando ao critério da agenda de cada órgão de comunicação” a cobertura e divulgação.

No que diz respeito aos temas dessas informações, Miguel Gavinhos refere que se centram em “eventos, políticas implementadas e concursos públicos”. Já Teresa Antunes afirma que os temas mais comunicados pela câmara a que está ligada dizem respeito às atividades culturais do município, onde inclui as feiras de produtos regionais. Destaca ainda os temas referentes às ações políticas, que abrangem “obras e novos equipamentos, novos serviços e questões de urbanismo”.

Ambos os entrevistados das câmaras municipais, bem como os jornalistas do *Gazeta do Interior* e do *Jornal do Fundão*, concordam que a informação autárquica é enviada com regularidade, diariamente ou duas ou três vezes por semana. Já no que diz respeito a quem é enviada, Miguel Gavinhos explica que por atuarem em várias áreas, e por os órgãos de comunicação social se especializarem em campos diferentes, o município do Fundão aposta na “segmentação da informação”. Como diz, “uma informação sobre agricultura é enviada para a comunicação social de índole geral e de âmbito agrícola”, por exemplo.

Por outro lado, Teresa Antunes afirma que a câmara onde trabalha envia informação para todos os órgãos de comunicação regionais do distrito, realçando que a difusão extravasa as fronteiras do distrito, chegando aos de Portalegre e Guarda. Acrescenta ainda que se procura “sintonizar a disponibilização da informação no site da câmara” com os jornais, não a libertando online antes de ser publicada. Relativamente a este assunto, Júlio Cruz, jornalista no *Reconquista*, garante que os comunicados da Câmara de Castelo Branco não são enviados na mesma altura para todos os órgãos de comunicação. “Muitas vezes, vemos informação veiculada pela câmara noutros órgãos de comunicação, antes de essa informação institucional chegar aos nossos”, afirma.

Apesar disso, Teresa Antunes declara que no gabinete não é adaptada a informação ao órgão de comunicação. “O que acontece é que os órgãos de comunicação especializados nos pedem informação adicional”, justifica. Quanto a esse ponto, Nuno Francisco, do *Jornal do Fundão*, admite que sempre que o jornalista demonstre interesse em adquirir informação adicional por parte das câmaras esta é disponibilizada. António Tavares, do *Gazeta do Interior*, acrescenta que a informação é fornecida mesmo que estejam em causa questões sensíveis. “Normalmente, não

tentam fugir às questões. Se tentam, nós próprios, através de um diálogo, fazemos tudo para inverter a situação.”

No que diz respeito aos cuidados que as câmaras têm antes do envio da informação para os órgãos de comunicação, Miguel Gavinhos afirma que a informação é revista pelo Executivo, “para que a mensagem pretendida seja efetivamente passada”. Já Teresa Antunes declara que para a Câmara de Castelo Branco é fundamental o envio de informação rigorosa. Como diz, “aquilo que o gabinete de comunicação faz é disponibilizar informação que pode ser tratada em termos jornalísticos”.

Após o envio da informação, ambos os responsáveis pelos gabinetes de comunicação declaram fazer o acompanhamento dos materiais que são enviados, através de *clipping*. O resultado deste acompanhamento leva Teresa Antunes a mencionar órgãos de comunicação, sem os identificar, que transcrevem os comunicados na totalidade – “às vezes, nem mudam o título”.

Ainda no que concerne ao envio de informação autárquica por parte dos gabinetes de comunicação das câmaras, todos os jornalistas entrevistados defendem que existem gabinetes que funcionam melhor do que outros. Nuno Francisco afirma que nos últimos anos nota que certos gabinetes de comunicação das autarquias se encontram cada vez mais profissionalizados, enviando “notas perfeitamente estruturadas em forma de uma notícia”. O funcionamento “depende muito dos profissionais que estão nos gabinetes de comunicação (...). Vê-se quem tem formação e quem não tem”.

Júlio Cruz e José Furtado também detetam a existência de assimetrias. O primeiro declara que o gabinete de comunicação da Câmara de Castelo Branco “trabalha muito mal em termos de comunicação (...). O próprio conteúdo da informação que envia é muito fraquinho”. Na sua ótica, as câmaras dos concelhos mais pequenos trabalham “mais e melhor”, destacando o caso de Idanha-a-Nova, Oleiros, Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova. José Furtado também afirma que esses gabinetes “trabalham de forma integrada”, divulgando o “que vai acontecendo nas associações, fora do próprio município”, ao contrário da Câmara de Castelo Branco, que trabalha apenas com a informação que lhe diz respeito.

Já António Tavares, apesar de também defender a existência de diferenças entre gabinetes de comunicação, faz notar que reside na quantidade de informação enviada e não na qualidade. Destaca os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Oleiros e Fundão como os que enviam mais informação. No que diz respeito às informações que constam no próprio comunicado, diz que “muitas vezes” não satisfazem todas as necessidades da notícia. No entanto, ressalva que isso depende da sensibilidade de cada jornalista. “Pode achar que há um ou outro ponto que convém focar (...). Aí, quando necessário, volta-se a contactar para conseguir o resto da informação”.

Todos os jornalistas entrevistados asseguram que não se sentem pressionados pelas fontes autárquicas para a publicação de notícias. Afirmam que essa pressão adquire moldes diferentes, no sentido em que “quando [os gabinetes de comunicação] enviam informação têm um objetivo”, como diz Nuno Francisco. Júlio Cruz acrescenta que qualquer *e-mail* enviado já constitui uma pressão, por chamar a atenção para um assunto, mas ressalva que isso não tem de ser encarado como um aspeto negativo: “quando se utiliza o termo pressão, está-se a conotar o termo negativamente. Mas há pressões boas e pressões más”. Nesse sentido, dando o exemplo de uma pressão

boa, aponta os casos em que os gabinetes de informação relembram ao jornalista o facto de estar marcado determinado acontecimento. Sobre este tema, José Furtado sustenta que os “gabinetes de Imprensa relacionados com empresas” e as fontes de outras informações que chegam à redação são “mais insistentes” quanto à publicação de informação.

Quando questionados sobre os efeitos da proximidade entre fontes e jornalistas, decorrente do meio regional em que operam, todos os jornalistas declaram que não podem permitir que isso afete o seu trabalho. António Tavares confessa que, por vezes, lhe custa falar com uma pessoa conhecida sobre determinados temas delicados, “mas o jornalista têm de o fazer”. Já Nuno Francisco refere que apesar de o jornalismo de proximidade ter muitas vantagens, tem a desvantagem de se escrever sobre pessoas e factos. Sobre isto, acrescenta que é impossível dar notícias que agradem a todos: “é fácil, umas vezes é, outras vezes nem por isso, mas temos de saber lidar com isso”. Por fim, Júlio Cruz defende que apesar das questões de proximidade não deverem afetar o trabalho jornalístico, por vezes é inevitável que isso aconteça. Como diz, “temos que procurar que não influencie (...), mas acaba sempre por influenciar, porque eles telefonam-te. Assim como tu lhes telefonas a eles”.

No que respeita aos aspetos a melhorar na relação que se estabelece entre as fontes autárquicas e os jornalistas regionais, as respostas são diversas. Para Teresa Antunes, os jornalistas deveriam conhecer melhor as competências e limitações dos órgãos de poder local: “todos ganhariam imenso, porque a posição era mais esclarecida dos dois lados”. Já Miguel Gavinhos, da Câmara do Fundão, é de opinião que terá de existir sempre uma relação de proximidade, “com um canal direto entre os gabinetes de comunicação e os órgãos de comunicação social” que permita ao município transmitir “a mensagem pretendida de forma transparente e assertiva”.

Do lado dos jornalistas, tanto os responsáveis pelo *Jornal do Fundão* como pelo *Reconquista* defendem que o importante é que cada uma das partes tenha consciência do papel que desempenha. Segundo Nuno Francisco, não há reservas entre as autarquias e o *Jornal do Fundão*: “se as coisas estiverem bem delineadas e bem claras, nós somos jornalistas e fazemos o papel de jornalistas”. Júlio Cruz acrescenta que nestas situações os problemas surgem “quando alguém quiser pisar o outro lado, quando o jornalista começar a querer ser político ou quando o político começar a querer ser jornalista”. Por fim, José Furtado admite que alguns gabinetes de comunicação das autarquias poderiam melhorar a sua comunicação, enquanto António Tavares destaca a necessidade de envio de mais informação.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Com este estudo, pretendíamos analisar a relação estabelecida entre os jornalistas do distrito de Castelo Branco e as fontes autárquicas, mais concretamente no que diz respeito à informação enviada pelos gabinetes de comunicação dos municípios e, conseqüentemente, à forma como esta é tratada nos três jornais em estudo.

A investigação realizada permitiu evidenciar que fontes como as câmaras e as associações são as fontes a que os jornalistas recorrem com mais frequência. Isto ocorre porque, nas regiões do Interior, este tipo de fontes está intrinsecamente ligado às vivências sociais, em que os cidadãos partilham interesses comuns (Camponez, 2002, pp. 128-273; Almeida, 2008, p. 17; Neveu, 2005, p. 40). No entanto, os jornalistas entrevistados ressaltam que não se restringem apenas a estas

fontes, fazendo uso de contactos próprios e até mesmo das redes sociais, que lhes facilitam o contacto direto. Neste sentido, podemos afirmar que esta conclusão contraria o estudo de Costa (2005, pp. 75-79), que afirma que os jornalistas tendem a submeter-se à informação enviada pelos gabinetes de comunicação das câmaras.

Em segundo lugar foi possível concluir que as câmaras de Castelo Branco e do Fundão enviam informações regularmente, estando disponíveis para fornecer dados adicionais a pedido dos jornalistas, atitude que é defendida nos estudos de Camilo (1998, p. 117) e Santos (1997, p. 87). No entanto, apesar dessa disponibilização, os jornalistas das três publicações defendem que toda a informação recebida deve ser tratada, acima de tudo, para evitar que as notícias publicadas sejam todas iguais. Para além disto, é defendido, entre outros motivos, que a informação enviada deve servir como um ponto de partida para o aprofundamento de matérias, incluindo-se os dois lados de uma história. Contrariamente, Teresa Antunes defende que existem órgãos de comunicação social no distrito que não modificam nenhum elemento dos comunicados que são enviados, chegando a nem sequer alterar os títulos. Os jornalistas entrevistados não negam a prática da cópia integral dos comunicados, mas afirmam que não é corrente nas redações em que trabalham.

Foi ainda possível verificar que, no que diz respeito à publicação de informação autárquica, os assuntos mais abordados referem-se, em primeiro lugar, a obras públicas e equipamentos e, em segundo, a temáticas culturais. Ambos os assuntos foram destacados por Teresa Antunes como os mais veiculados nos comunicados da Câmara de Castelo Branco, embora pela ordem inversa. Concluiu-se, também, que quando a fonte da notícia é identificada as informações são, na sua maioria, transmitidas por um político. Por outro lado, quando se tratam de notícias cuja informação saiu de um gabinete de comunicação, a fonte nem sempre é identificada. Note-se ainda que a análise das peças jornalísticas mostrou que as informações disponibilizadas pelos gabinetes de comunicação estão mais associadas a “breves”, enquanto os dados transmitidos por políticos dão origem a notícias.

O facto de o jornalista regional desenvolver a atividade muito próximo do seu público cria um ambiente pouco propício ao jornalismo de investigação (Camponez, 2002, p. 122; Ribeiro, 2008, p. 461). Apesar desta condicionante, todos os jornalistas afirmaram que não podem deixar que essa proximidade afete o seu trabalho, sendo necessário distinguir-se o papel do político do papel desempenhado pelo jornalista. Posto isto, os jornalistas entrevistados defendem que não se sentem pressionados pelas fontes autárquicas para a publicação de informação. Os jornalistas do *Jornal do Fundão* e do *Reconquista* explicam que a influência se expressa em moldes diferentes: o envio de informação, associado a um determinado objetivo, constitui só por si uma pressão, que não tem necessariamente de ser considerada negativa. Aliás, Júlio Cruz, do jornal *Reconquista*, ressalva que essa pressão até pode ser favorável.

A investigação permitiu concluir que a relação entre os jornalistas do distrito de Castelo Branco e as fontes autárquicas é pautada pela interdependência, sendo que no jornalismo regional estas fontes adquirem grande importância, visto que as suas ações incidem diretamente nas dinâmicas sociais. No que toca ao tratamento da informação, notámos que a informação autárquica consta principalmente em páginas pares e ímpares, bem como nas chamadas de primeira página, maioritariamente à cabeça da página.

Note-se ainda que as informações prestadas pelos gabinetes de comunicação deram origem, na sua maioria, a “breves”, enquanto as transmitidas por políticos foram inseridas em notícias. Todas as publicações apostam num enfoque neutro das notícias, apesar de existirem peças de caráter positivo e, residualmente, de caráter negativo. Por fim, o estudo evidenciou que a transmissão de informação autárquica é realizada regularmente, atendendo aos pedidos de informação adicional dos jornalistas. Apesar disso, todos os jornalistas apontaram discrepâncias no funcionamento das várias câmaras municipais do distrito.

NOTAS FINAIS

O objetivo principal do presente trabalho consistia em compreender a relação que se estabelece entre as fontes autárquicas e os jornalistas regionais, mais concretamente dos que exercem a profissão no distrito de Castelo Branco. Para o atingir, recorreremos a uma abordagem mista, procedendo à realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade e à análise de conteúdo dos jornais em estudo.

As entrevistas foram dirigidas a jornalistas do *Gazeta do Interior*, *Jornal do Fundão* e *Reconquista*, bem como aos responsáveis pelos gabinetes de comunicação das câmaras municipais de Castelo Branco e do Fundão. No âmbito da análise de conteúdo, foram examinadas 167 peças das três publicações, num período de três meses. Aquando da elaboração da parte referente à revisão bibliográfica, foi notória a escassez de trabalhos internacionais sobre esta temática, bem como de estudos recentes focados nas particularidades do jornalismo regional.

No que diz respeito a propostas para estudos futuros, destaca-se a possibilidade de analisar o trabalho empreendido pelos gabinetes de comunicação das autarquias locais, comparando as informações transmitidas com as notícias publicadas. Esta proposta resulta do facto de os jornalistas entrevistados terem apontado discrepâncias na comunicação municipal das várias autarquias do concelho. Ainda no âmbito regional, seria interessante estudar de que modo as instituições públicas, enquanto anunciantes, influenciam a imprensa regional, dependente da publicidade para a sua sobrevivência económica.

BIBLIOGRAFIA

- (2016). História do Reconquista. *Reconquista*. Disponível em: www.reconquista.pt/informacoes/iniciativas-2. Consultado a 14 de junho de 2017.
- (2017). Publicidade. *Jornal do Fundão*. Disponível em: www.jornaldofundao.pt/publicidade/. Consultado a 14 de junho de 2017.
- Almeida, C. (2008). *O Região de Leiria: Uma história de afectos*. Leiria: Imagens & Letras.
- Amaral, V. (2006). Temas e fontes na imprensa regional da cidade da Guarda. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.
- Camilo, E. (1998). *Estratégias de Comunicação Municipal – Uma reflexão sobre as modalidades de comunicação nos municípios*. Covilhã: Livros LabCom.

- Camilo, E. (2006). Para uma planificação do trabalho comunicacional nos municípios. *Bocc – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. www.bocc.ubi.pt/pag/camilo-planificacao-trabalho-comunicacional-municipios.pdf. Consultado a 27 de novembro de 2016.
- Camilo, E. (2009). Dimensões corporativas da comunicação local: uma proposta de modelo. *Extensão em Foco*, 4: 107-121.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade*. Coimbra: Minerva.
- Christensen, L. & Cornelissen, J. (2010). Bridging corporate and organizational communication: Review, development and a look to the future. *Management Communication Quarterly*, 25(3): 383-414.
- Colistra, R. (2012). Shaping and Cutting the Media Agenda: Television Reporters' Perceptions of Agenda- and Frame-Building and Agenda-Cutting Influences. *Journalism & Communication Monographs*, 14(2): 85-146.
- Corrêa, A.; Barros, R. & Burlacu, S. (2016). A construção da notícia em estado de graça: o processo de agenda-building nos primeiros 100 dias do XXI Governo Constitucional. In F. Lopes (ed.), *O Governo em notícia – análise dos 100 primeiros dias do XXI Governo Constitucional* (pp. 7-18). Braga: CECS.
- Costa, C. (2005). Influência da comunicação municipal na imprensa regional. *Comunicação e Sociedade*, 8: 73-82.
- Creswell, J. (2014). *Research Design*, 4ª edição. London: SAGE Publication.
- ERC (2010). *Imprensa Local e Regional em Portugal*. Mafra: Rolo & Filhos II, S.A.
- Gonçalves, A. (2012). *A problemática das fontes de informação na produção de notícias*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Hallahan, K.; Holtzhausen, D.; van Ruler, B.; Verčič, D. & Sriramesh, K. (2007). Defining Strategic Communication. *International Journal of Strategic Communication*, 1(1): 3-35.
- Kim, J. & Kiouis, S. (2012). The Role of Affect in Agenda Building for Public Relations: Implications for Public Relations Outcome. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 89(4): 657-676.
- Lammers, J. (2011). How institutions communicate: Institutional messages, institutional logics, and organizational communication. *Management Communication Quarterly*, 25(1): 154-182.
- Morais, R. & Sousa, J. (2013). As práticas jornalísticas na imprensa regional: a seleção das fontes e a promoção de desigualdades sociais. *Observatorio Journal*, 7(1): 187-204.
- Neveu, E. (2005). *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, 14(1-2): 277-294.
- Portaria nº 106/88 de 31 de Março. Diário da República nº 76 – I Série. Estatuto da Imprensa Regional. Lisboa.

- Rasga, A. (2002). *Imprensa regional e o poder autárquico: o caso da Loures Magazine e Odivelas Magazine*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Ribeiro, T. (2008). O poder dos meios: análise das condições de produção jornalística em dois diários regionais. Comunicação e Cidadania. *Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 450-464). Braga: Universidade do Minho.
- Ribeiro, J. (2010). *A imprensa regional e as comunidades locais: Jornal Alvorada: caracterização de um quinzenário local do concelho da Lourinhã*. Dissertação de Mestrado em Antropologia: Imagem e Comunicação, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Ribeiro, V. (2014). O campo e o triângulo operacional da assessoria de imprensa. In G. Gonçalves & M. Guimarães (eds.), *Fronteiras e Fundamentos Conceptuais das Relações Públicas* (pp. 65-88). Covilhã: LabCom.
- Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva.
- Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar*. Porto: Campo das Letras.
- Schmitz, A. (2011). *Fontes de Notícias: ações e estratégias das fontes de jornalismo*. Santa Catarina: Editora Combook.
- Theaker, A. (2004). *The Public Relations Handbook* (2ª edição). Routledge: Oxfordshire.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. Silva & J. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-126). Porto: Edições Afrontamento.